

HABEAS CORPUS Nº 570.659 - SC (2020/0079875-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : BARBARA HARTMANN CARDOSO
ADVOGADO : BARBARA HARTMANN CARDOSO - SC042353
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLEBERSON DE OLIVEIRA RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Cleberson de Oliveira Rodrigues** contra ato coator proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que não conheceu do HC n. 5009127-67.2019.8.24.0000, tendo em vista que a impetração do *writ* se deu de forma substitutiva ao recurso cabível.

A impetrante alega, em síntese, que o paciente se encontra no direito de progredir de pena desde 23/12/2019 e que, arbitrariamente, teve a reprimenda regredida de forma cautelar e o procedimento administrativo disciplinar ainda não foi concluído.

Sustenta que, na oitiva realizada no bojo do procedimento administrativo, o agente penitenciário não reconheceu o paciente como um dos envolvidos no motim.

Afirma que o Juízo indeferiu a oitiva do agente em juízo, decisão contra a qual o Ministério Público agravou. Assere que tal agravo se encontra parado, gerando demora na conclusão do procedimento administrativo disciplinar.

Argumenta que o paciente deve ser absolvido no mencionado procedimento, razão pela qual deve aguardar no regime aberto a decisão final. Nesse sentido, prevalece o princípio da presunção de inocência, não podendo ser punido antes de decisão definitiva.

Menciona a necessidade de diminuir a quantidade de pessoas no cárcere em razão da pandemia de Covid-19.

Aduz estarem presentes os requisitos para concessão da liminar, motivo pelo

qual pede a expedição de alvará de soltura. No mérito, requer a confirmação da liminar e a concessão da ordem (fls. 3/7).

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo não assistir razão à impetração, porquanto verifico que o *periculum in mora* não foi demonstrado.

O Tribunal local, apesar de não ter conhecido do *mandamus*, tratou da questão da seguinte maneira (fls. 83/84 - grifo nosso):

Ademais, não se vislumbra flagrante ilegalidade que conduza à apreciação do pedido pela via eleita.

Consoante se infere dos autos, comunicada a prática de falta grave, consistente em "incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina e desobeder servidor ou qualquer pessoa com quem deva relacionar-se (p. 123), o magistrado da execução regrediu cautelarmente o regime prisional do paciente (p. 136-137 e 162-163).

Sobrevindo o PAD, o incidente de regressão foi instaurado em 06/09/2019 (p. 175-212), apresentada a defesa técnica (p. 203-205) e o Conselho Disciplinar entendeu ser procedente o incidente respectivo (p. 206-207), solução adotada pelo Administrador Prisional em 31/10/2019 (p. 212), todos os documentos do PEC n. 0007660-06.2018.

O Ministério Público formulou pedido de regressão de regime em p. 216-217.

Em consulta ao SAJ/PG verifica-se que o incidente encontra-se concluso em gabinete, desde então, para deliberação judicial.

Portanto, não há paralisação no processo, tampouco demora injustificada, que sustente a apontada ilegalidade e conduza à concessão da ordem.

Ademais, encerrada a fase instrutória do procedimento, a alegação resta superada.

No presente caso, em análise superficial, verifico que o Tribunal local assentou o curso normal do procedimento administrativo, não havendo demora irrazoável. Além disso, a análise do teor dos depoimentos prestados no procedimento significaria indevida incursão no acervo fático-probatório.

Também não houve discussão sobre a Covid-19, sendo temerário conceder a medida de urgência sem o debate prévio sobre o tema.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de piso sobre o andamento do mencionado procedimento administrativo e ao Tribunal local sobre o julgamento do agravo em execução do Ministério Público.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator